

**AS “DOAÇÕES DE ALEXANDRIA” (34 A.C.) – CRIANDO UM
IMPÉRIO ENTRE FACTOS E FANTASIAS**

**THE “DONATIONS OF ALEXANDRIA” (34 B.C.) - CREATING AN
EMPIRE BETWEEN FACTS AND FANTASIES**

JOSÉ DAS CANDEIAS SALES

jose.sales@uab.pt

Universidade Aberta

<https://orcid.org/0000-0003-1087-1478>

Artigo submetido a 20-1-2018 e aprovado a 13-03-2018

Resumo

No outono de 34 a.C., Marco António e Cleópatra convocaram os Alexandrinos para o Ginásio para celebrarem o triunfo sobre os Arménios e declararem Cleópatra e o seu filho com Júlio César, Cesarião, co-governantes de Chipre e do Egipto. Cleópatra foi declarada «Rainha de reis» e Cesarião «rei dos reis». Alexandre Hélio, filho de Marco António e de Cleópatra, foi coroado como governante da Arménia, Média e Pártia. Sua irmã gémea, Cleópatra Selene, foi coroada como governante da Cirenaica e Líbia. As crianças vestiram-se com os trajes dos países para cujo governo foram nomeados. O filho mais novo de Marco António e Cleópatra, Ptolemeu Filadelfo, foi coroado governante da Fenícia, Síria e Cilícia. Numa elevada plataforma adornada a prata, sentados em tronos dourados, o casal emitiu uma declaração conjunta proclamando-se como a encarnação das divindades egípcias Osíris e Ísis. Num nível mais baixo da plataforma havia quatro tronos de ouro para os filhos de Cleópatra.

Com as «doações de Alexandria», Marco António dividiu a sua parte do mundo romano entre os quatro filhos de Cleópatra VII. O gesto provocou uma ruptura fatal nas suas relações com Roma e esteve entre as causas da última guerra civil da República Romana, cuja vitória, em 30 a.C., permitiria a Octávio a transição para a Era Imperial.

Com toda a encenação inerente, as grandiosas cerimónias reais públicas de Alexandria tocaram a imaginação popular, mas proclamavam, contudo, uma magnificência ilusória e artificial, onde mito e história se cruzam.

Palavras-chave: Alexandria, Império, Ideologia, Propaganda, Encenação do Poder.

Abstract

In the fall of 34BC, Antony and Cleopatra called the Alexandrians to the city's Gymnasium to celebrate the triumph against the Armenians and to declare Cleopatra and her son with Julius Caesar, Caesarion, co-rulers of Cyprus and Egypt. Cleopatra is declared «Queen of kings» and Caesarion «king of kings». Alexander Helios, son of Antony and Cleopatra, was crowned as the ruler of Armenia, Media and Parthia. His twin sister, Cleopatra Selene, was crowned as the ruler of Cyrenaica and Lybia. Both children dressed up in the costumes of the countries that they had been named to rule. The youngest son of Antony and Cleopatra, Ptolemy Philadelphos, was crowned as ruler of Phoenicia, Syria, and Cilicia. The couple, sitting on golden thrones on a raised dais adorned with silver, issued a joint declaration proclaiming themselves as the embodiment of the Egyptian deities Osiris and Isis. On a lower level of the platform, there four gold thrones for Cleopatra's children.

The «donations of Alexandria» split Antony's portion of the Roman world amongst the four children of Cleopatra VII. The gesture caused a fatal breach in Antony's relations with Rome and was amongst the causes of the last civil war of the Roman Republic, which resulted in the transition to the Imperial Era, with Octavian's victory, in 30 BC.

With the entire inherent scenario, the grand public royal ceremonies of Alexandria touched the popular imagination but yet proclaiming an illusory and artificial magnificence, where myth and history intersect.

Keywords: Alexandria, Empire, Ideology, Propaganda, Staging of Power.

«César - Desprezando Roma, tudo isso fez, e ainda mais, em Alexandria. Eis como tudo se passou: na praça do mercado, numa tribuna de prata, Cleópatra e ele foram publicamente entronizados em cadeiras de ouro; a seus pés estava assentado Cesarião, que eles dizem ser filho de meu pai, e toda a prol ilegítima que a luxúria desde então lhes suscitou. A ela deu ele o estabelecimento do Egípto; e fê-la rainha absoluta da Baixa-Síria, de Chipre e da Lídia.

Mecenas - E isso em público?

César - Na praça comum das exhibições, onde se fazem os exercícios. Ali proclamou ele a seus filhos rei dos reis; a Grande Média, a Pártia e a Média

deu ele a Alexandre; a Ptolemeu assinalou a Síria, a Cilícia e a Fenícia. Ela, naquele dia, apareceu com os vestidos da deusa Ísis, e, dizem, já muitas vezes tinha antes dado audiência assim vestida.»

Shakespeare, António e Cleópatra, Acto III, Cena I.

Factos

Em 40 a.C., na partilha de poderes entre os membros do segundo triunvirato (Octávio, Lépido e Marco António), M. António recebeu as províncias orientais, entre a cidade de Escodra e o Eufrates, com a missão de as reorganizar, dando luta ao Império parto que tantos problemas e perda de vidas romanas já causara. O objectivo imediato de António era invadir a Média a partir da Arménia e tomar a sua capital, Fraata. Evitaria, assim, repetir o erro de Crasso de 53 a.C. de atravessar o território dos Partos, que se revelou uma táctica desaconselhável, face ao desastre de Carras, onde o próprio Crasso perdeu a vida. Não obstante a superioridade estratégica da expedição de António de 36 a.C., esta fracassou, pelo menos a julgar pelos gastos económicos envolvidos e pela perda de 20.000 a 22.000 homens de infantaria e 4.000 cavaleiros, cerca de 1/3 dos homens envolvidos na expedição ou, como alguns Autores aceitam, 32.000 homens, metade das tropas romanas. Para evitar ser apanhado pelo rigoroso Inverno, António bateu em retirada, através das montanhas da Média e da Arménia, até chegar à Síria¹.

Os avanços dos Partos Arsácidas sobre a região do Levante e a expedição de contra-ataque contra eles desencadeada por Marco António, em 36 a.C., que se saldaria, portanto, por um desastre, são, porém, os «acontecimentos próximos» que estão na origem directa de outros dois importantes acontecimentos de 34 a.C. que marcariam a história e os destinos políticos do mundo mediterrâneo: a celebração da fulgurante campanha na Arménia e as chamadas «doações de Alexandria».

O rei da Arménia, Artavastes, foi punido pela sua traição no conflito com os Partos, uma vez que não forneceu a esperada ajuda, e foi trazido por Marco António para Alexandria, em grande pompa, com a mulher e os filhos, ficando todos sob a custódia de Cleópatra. O reino independente da

¹ Cf. Chamoux 1985: 170; Freeman 1996: 374; Hölbl 2001: 243; Burstein 2004: 113; Eilers 2004: 139; Chauveau 1998: 79, 80; Schwentzel 1999: 42, 43; Tyldesley 2008: 164; Ashton 2008: 158.

Arménia deixava de existir, convertendo-se em província romana, sob a tutela de António, tendo à frente Canídio Crasso para reforçar o novo estatuto da região². Com o êxito da campanha na Arménia, Marco António inverteu a dinâmica instalada pelo fracasso da expedição na Pártia: «deixou de ser um vencido de quem se tem pena, para voltar a ser um vencedor que se aclama»³. Foi a maior vitória oriental de Marco António que ele, compreensivelmente, quis celebrar, em Alexandria, com a sua «aliada» egípcia, numa festa que foi simultaneamente um *triumphus* romano e uma *pompé* grega⁴.

Conscientes do significado e do alcance desses acontecimentos (da celebração de triunfo militar sobre a Arménia e das «doações»), Plutarco (*Vida de António*, 54, 3-9) e Dião Cássio (*Historia Romana*, 49, 39-41) deixaram-nos deles circunstanciadas referências⁵. Redigidas nos séculos II e III, respectivamente, estas fontes, entre outras, forjaram o entendimento ocidental sobre Cleópatra, mas pelas claras intenções políticas que lhes estiveram subjacentes devem ser consideradas com as devidas precauções, pois a sua visão dos factos é parcial e, em muitos casos, exagerada, intencionalmente distorcida⁶.

Por estes relatos, percebemos que a cidade de «Alexandria junto do Egipto»⁷ assistiu, de facto, no Outono do ano 34 a.C., a uma ímpar

² Cf. Jones 2006a: 88; Eliers 2004: 140.

³ Benoist-Méchin 1983: 229.

⁴ Cf. Alonso Troncoso; García Vivas 2009: 33; Harders, 2015: 189.

⁵ Entre os dois relatos há apenas uma diferença significativa: Plutarco não inclui nenhuma referência aos territórios recebidos no momento das «doações» por Cleópatra Selene. Dião Cássio é, nesse aspecto, mais completo, detalhado e fiável (Cf. García Vivas 2013: 165, 166).

⁶ Cf. Tyllesley 2008: 7; Ashton 2008: 20, 106; Jones 2006b: 31; Schwentzel 1999: 4; Rodrigues 2002: 127-149; Cid López 2000: 124, 125; García Vivas 2013: 165.

⁷ Geograficamente, desde a Antiguidade que Alexandria estava separada do resto do Egipto (*chôra*) pelo lago Mareótis e só com uma série de canais artificiais se fazia a ligação do rio Nilo com a cidade-capital do reino ptolemaico. Essa particularidade da capital originará as designações por que ficará sempre conhecida: *Alexándreia pròs Aigyptôi*, *Alexandria ad Aegyptum*, *Alexandria apud Aegyptum*, *Alexandria in Aegypto* ou *Alexandrea quae est in Aegypto*, isto é, «Alexandria junto do Egipto» ou «Alexandria que está no Egipto», enfatizando a forte componente helénica que sempre revelou nos tempos antigos. Das inúmeras cidades fundadas por Alexandre Magno um pouco por todo o seu imenso império (há quem fale de 70, 57, 34 ou 17 «Alexandrias...»), a «Alexandria junto do Egipto» foi a única que cresceu e prosperou e que subsiste no mesmo local de origem, tendo sofrido, naturalmente, as inevitáveis modificações que o tempo e as sucessivas dominações políticas e culturais lhe infligiram (Cf. Gómez Espelosín 1997: 64- 66; Bernand 1995: 31,

e apoteótica celebração político-simbólica, com toda a pompa e circunstância: Marco António, para total estupefacção e escândalo dos senadores romanos, celebrou ali o seu triunfo militar na Arménia. Artavastes, o rei vencido, desempenhou o papel central, sendo passeado, a pé, como cativo aprisionado com correntes de ouro, diante do carro do vencedor e seguido por uma longa fila de prisioneiros, troféus e espólio arménios, qual prova viva de uma retumbante vitória. Até então, nunca nenhum triunfo romano fora celebrado fora da Via Ápia, em Roma, como a tradição consignava, pois, teoricamente, o triunfo pertencia sempre a Roma e ao seu povo. Ao preferir Alexandria a Roma, Marco António não só feria a susceptibilidade da aristocracia romana como, simbolicamente, instituiu Alexandria em «nova Roma» e substituiu o romano Júpiter Capitolino por Serápis, o deus dinástico dos Ptolemeus e divindade patrona da sua cidade⁸.

Numa visão romanocêntrica, Alexandria destronava Roma. A celebração por um general romano de triunfo sagrado fora de Roma constituía um acto anti-romano indesculpável. O desfile que, em Roma, sempre terminava no templo de Júpiter Capitolino termina agora, em Alexandria, no templo de Serápis, a quem António faz oferendas, conferindo à cerimónia o teor religioso-político (teopolítico) que a mesma gozava em Roma. Um deus criado *ex nihilo*, que resultara de um assumido esforço ideológico (de Ptolemeu I), proporcionava-se agora a uma outra reutilização ideológica, desta feita por parte de Marco António⁹. Este, porém, em relação aos prisioneiros, não imitou outros triunfadores romanos, uma vez que não os submeteu à morte, mas manteve-os detidos¹⁰.

Mas o processional triunfo militar das tropas de Marco António, objectivamente mais perto de um cortejo e banquete dionisíaco (Marco António, de *toga triumphalis*, coroado com folhas de hera, brandindo o *tirso* e deslocando-se num carro sagrado, considerava-se o «Novo Dioniso», *Neos Dionysos*, ao passo que Cleópatra era a *Nea Isis*, «Nova Ísis») do que

32; Lévêque 1964: 346; Sales 2008: 61; 2015: 325, 326; Chauveau 2001: 13-16; Sadek 1997: 7-20; Rowlandson 2004: 330).

⁸ Cf. García Vivas 2013: 158-160.

⁹ Cf. Kiessling 1949: 317-323; Jouguet 1949: 165; Stambaugh 1972: 6; Fraser 1972: 267; Takács 1995: 28-30; Sales 2001: 68-73; 2003: 101-104; 2005: 101-132; 2007: 314-319.

¹⁰ Cf. Jones 2006a: 89; Baily 1973: 136, 137; Chauveau 1998: 87; Bevan 1934: 420; Benoist-Méchin 1983: 229, 230; Hölbl 2001: 244; Pérez-Juana de Casal 2005: 109, 110; Sales 2005: 101-108; 2008: 66-70; García Vivas 2013: 159.

de uma celebração romana, culminou, dias depois, numa outra cerimónia, talvez ainda mais decisiva para as relações do triúnviro com Roma: as chamadas «doações de Alexandria»¹¹.

Qual espólio de guerra, Marco António, naturalmente à revelia do Senado romano, atribuiu títulos e territórios romanos aos seus filhos carnais com Cleópatra: Ptolemeu Filadelfo, o mais novo (com 2 anos), foi coroado rei da Macedónia, da Fenícia, da Cilícia e da Síria (os países aquém-Eufrates); Alexandre Hélio, com 6 anos, foi feito rei da Arménia (qual sucessor de Artavastes), da Média e dos futuros territórios ainda por conquistar aos Partos (os países além-Eufrates); Cleópatra Selene, irmã gémea de Alexandre Hélio, tornou-se rainha da Cirenaica, Líbia e de partes de Creta. O filho de Cleópatra com Júlio César, Ptolemeu Cesarião, então com 13 anos, foi proclamado filho do deificado Júlio César e feito «rei dos reis», enquanto sua mãe era proclamada «rainha de reis», recebendo o Egipto, Chipre, a Líbia e a Celessíria, ou seja, *grosso modo*, as antigas possessões dos Lágidas¹². Tratava-se da reconstituição imaginária, sonhada por Cleópatra, de grande

¹¹ É de admitir que o grandioso desfile triunfal ao longo da Via Canópica, a via principal de Alexandria, que atravessava a cidade de leste a oeste, justamente no sentido do seu comprimento, evocasse o cortejo que Ptolemeu II Filadelfo celebrara em honra de Dioniso, por volta de 270 a.C., como nos chegou pela descrição de Ateneu de Naucrátis. Entre os Autores que defendem que a cerimónia alexandrina se assemelhava mais a uma procissão dionisiaca estão Grant 1972; Chamoux 1985; Hughes-Hallet 1991; Chauveau 1998; Hölbl 2001; Clauss 2002; Tyldesley 2008; Ashton 2008; García Vivas 2013: 157, 158.

¹² Cf. Bernand 1995: 105; Chauveau 1997: 34-37; 1998: 88; Whitehorne 2001: 197; Burstein 2004: 28, 29, 115; Jones 2006b: 116; Schwentzel 1999: 44, 45; Tyldesley 2008: 168, 169; Ashton 2008: 159, 160; Cid López 2012, 153. A problemática da paternidade de Cesarião é uma questão polémica desde a Antiguidade e é hoje uma assunção impossível de provar, mas, de facto, muitos autores modernos, mais ou menos dependentes das referências de Plutarco em *Vida de António* (54, 4: «*Cesarião que se crê ser filho de César*» e 81, 2: «*Cesarião, que se diz ser filho de Cleópatra e de Júlio César*») ou de Dião Cássio (*História Romana*, 49, 41,2: «*pois ele [Marco António] declarou que, na verdade, era a esposa [Cleópatra] e o outro [Cesarião] o filho de César*»), aceitam-na de forma inequívoca ou plausível (Cf. Bevan 1934: 420, 429; Flamarion 1993: 50, 51; Chauveau 1997: 32, 33; 1998: 52, 53; Whitehorne 2001: 186; Jones 2006a: 43; Puyadas Rupérez 2016: 85; Tyldesley 2008: 100-103; Ashton 2008: 17, 32, 33, 106; Southern 2000: 93, 94). Mais importante do que a verdadeira paternidade de Cesarião foi o seu estatuto político: o que Cleópatra e Marco António pretenderam foi que o Egipto e Roma reconhecessem que o rapaz não só era filho de César como herdeiro dos Ptolemeus (Cf. Southern 2000, 93). Os quatro filhos de Cleópatra nasceram em 47 a.C. (Cesarião), 40 a.C. (Alexandre Hélio e Cleópatra Selene) e 36 a.C. (Ptolemeu Filadelfo).

parte do império e do poderio dos seus antepassados que tinham dominado o mundo mediterrâneo no século III a.C.¹³

A encenação das «doações» foi total e cada um dos actores desempenhou o seu papel no palco, perante os cortesãos, a guarda-real e os Alexandrinos: sentados em tronos dourados, situados no nível mais baixo da tribuna, os príncipes envergavam trajes típicos dos povos sob a sua alegada dominação ou evocativos da sua origem¹⁴. Alexandre Hélio usava os hábitos medos (túnica de mangas compridas, calças entufadas e manto pregueado) e cingia a tiara pontiaguda *kitaris*, ostentada pelos reis medos e arménios. Adicionalmente, recebeu também guarda de honra constituída por soldados arménios. Ptolemeu Filadelfo, por sua vez, apareceu com as vestes reais dos Macedónios: o chapéu tradicional, a *kausia*, em redor do qual se atara o diadema real (*kausia diadématophoros*), a clâmide e as *krepides*, botas militares com atacadores¹⁵. Também ele foi dotado de guarda de honra, composta, neste caso, por soldados macedónicos¹⁶. No final da cerimónia, «as crianças beijaram os pais».¹⁷

Vestida à egípcia, Cleópatra VII apresentava-se como a deusa Ísis: longa túnica de franjas atada entre os seios (nó isíaco) e pesado toucado típico da deusa sobre a sua cabeleira. A *Thea Filopator*; «deusa que ama o pai» (título usado desde 51 a.C.), podia agora ser apropriadamente encarada como *Nea Isis*, «Nova Ísis», e *Thea Neotera*, «deusa renovada» (as novas epicleses com que se denominaria a partir de 34 a.C.)¹⁸.

As emissões monetárias que se seguiram inserem-se na mesma propaganda subjacente às «doações»: o busto de Cleópatra VII, diademado, é rodeado pela altissonante inscrição *REGINÆ REGVM FILIORUM REGVM CLEOPATRÆ* («De Cleópatra, rainha de reis e dos reis seus filhos»). Marco António, com a inscrição *ANTONI ARMENIA DEVICTA* («A Arménia

¹³ Cf. Chauveau 1998: 77.

¹⁴ Cf. Plutarco, *Vida de António*, 54, 3-6.

¹⁵ Cf. Bevan 1934: 420; García Vivas 2013: 164.

¹⁶ Cf. Schwentzel 1999: 46.

¹⁷ Cf. Plutarco, *Vida de António*, 54, 6.

¹⁸ Plutarco escreve mesmo que «desde então [procissão cerimonial de 34 a.C.], Cleópatra não aparecia em público sem ser vista com as roupagens consagradas a Ísis e dava as suas audiências ao povo sob o nome de “Nova Ísis”» (Plutarco, *Vida de António*, 54,6). Günther Hölbl admite que, como parte integrante da cerimónia de 34 a.C., António e Cleópatra celebraram o seu casamento, tornando assim legal a sua união (Cf. Hölbl 2001: 244). Há, todavia, quem não aceite esta opinião (Cf. Harders, 2015: 194).

vencida por António»), comemora a sua vitória sobre Artavastes, cuja tiara arménia, qual troféu, surge no campo atrás do busto do *autokrator*¹⁹.

Todo o Oriente era ficticiamente subtraído à soberania de Roma e dirigido, em última instância, por Cleópatra VII Filopator. Cumprindo o sonho de Cleópatra de restaurar o império perdido de Alexandre Magno, Marco António distribuiu-o pelos filhos da rainha egípcia e, de forma directa, desafiou o seu cunhado e companheiro de triunvirato, Octávio, que reage militarmente a este desafio à soberania romana. O «novo Dioniso» em companhia da «nova Ísis», agora também «Rainha de Reis», e o filho desta (Cesarião, Ptolemeu XV), como «Rei dos Reis», desafiavam o Senado romano²⁰. Marco António não toma o título de «rei»; mantém-se triúviro e *imperator*²¹. Deste ponto de vista, não traiu Roma, mas a cerimónia organizada em Alexandria é, todavia, entendida como uma afronta de marcado sentido político²². Além do mais, António ratificava Cesarião como legítimo herdeiro de Júlio César, com precedência sobre todos os demais, o que era, naturalmente, uma inquietação suplementar para Octávio, relegado para a incómoda categoria de usurpador²³.

A entusiástica distribuição territorial realizada em Alexandria em 34 a.C. destruiu por completo os laços de amizade e de aliança política de Marco António com Octávio e, após obter, por fim, uma declaração de guerra do Senado romano, que, entretanto, se dividira no seu apoio aos dois contendores, o futuro imperador dos romanos avançou para o embate de Áccio. O seu alvo passou a ser Marco António, o tribuno e herdeiro político de César, a quem

¹⁹ Puyadas Rupérez 2016: 112; Forrer 1900: 162, 163.

²⁰ Estes títulos, de origem mesopotâmica, podem também ter sido usados para capitalizar o prestígio do poder associado aos Selêucidas e ao antigo poder aqueménida. Procede-se a uma amálgama dos territórios e dos epítetos ptolemaicos e selêucidas (Cf. Strootman 2010). O título de «Rei dos Reis» concedido a Cesarião denotava claras reminiscências de carácter oriental (García Vivas 2013: 166).

²¹ Cf. Harders, 2015: 196; García Vivas 2013: 161.

²² Os comandantes romanos Lúcio Munácio Planco e o seu sobrinho Tito sentiram-na quando assistiram à cerimónia e transmitiram-no a Octávio (Plutarco, *A Vida de António*, 55).

²³ García Vivas 2013: 166. Dando corpo a esta inquietação, ao entrar em Alexandria, em 30 a.C., Octávio mandará matar o jovem Cesarião (então com cerca de 17 anos) que, entretanto, fugira para a Etiópia (Cf. Dião Cássio, 15, 5; Cf. Suetónio, *Vidas de Doze Césares – A vida de Octávio César Augusto*, 17, 5; Cf. Lançon, Schwentzel 1999: 24, 25). Neste caso, Octávio enquadra-se na «excepção» do retrato que dele traça Suetónio: «Os Reinos de que se apoderou pelo direito de conquista foram, *salvas raras exceções, devolvidos aos seus soberanos ou oferecidos a outras nações estrangeiras*» (Suetónio, *Vidas de Doze Césares – A vida de Octávio César Augusto*, 48, 1).

havia sido conferida a parte oriental do espaço dominado pelos Romanos, com a missão de terminar a guerra contra os Partos, e que, agora, com a sua aliança com Cleópatra e com os seus deslocados festejos em Alexandria, primeiro a vitória sobre Artavastes da Arménia e depois a cerimónia das «doações», se tornara num inimigo de Roma. Além disso, ao proclamar Cesarião como filho carnal de Júlio César, Marco António criara um inimigo suplementar para a República, susceptível de, ao atingir a idade adulta, em determinado contexto, poder fazer deslocar para o seu lado as tropas romanas²⁴.

A declaração de guerra do Senado é interpretada como resposta ao facto de António pretender ser enterrado em Alexandria junto a Cleópatra, repudiando, assim, a cidadania romana, a romanidade, e é acompanhada pelo «pretexto histórico» da leitura pública, ilegal, por Octávio, das vontades de António. Suetónio, que também alude à leitura do testamento, parece mais atento ao «aspecto substantivo» dessa leitura quando escreve: «A sua aliança com Marco António sempre fora dúbia e incerta, e as suas sucessivas reconciliações eram apenas maus remendos. Rompeu-a por fim e, para mostrar bem que António não respeitava os usos e costumes da sua pátria, mandou abrir e ler, frente ao povo, o testamento que este deixara em Roma, e no qual figuravam, entre os herdeiros, os filhos que António tivera de Cleópatra.»²⁵

Recorde-se, no entanto, que, de acordo com a propaganda romana, hostil a Cleópatra, posta a circular na *Urbs*, a declaração de guerra de 32 a.C. é feita a Cleópatra, verdadeira *persona non grata*, e não a António²⁶. A «guerra civil» entre romanos, entre concidadãos, é subtilmente transformada pela propaganda anti-egípcia e anti-oriental de Roma numa «guerra patriótica»,

²⁴ Sendo filho de Cleópatra-Ísis e ao ser proclamado filho do deificado Júlio César, Ptolemeu XV Cesarião era um «filho de deus», um «Hórus», legitimado, assim, para ocupar o trono do Egipto. Em teoria, como filho de Júlio César, poderia um dia também vir a reclamar a herança paterna. Nele convergiam as heranças greco-macedónia, egípcia e romana (Cf. Schwentzel 1999: 45).

²⁵ Suetónio, *Vidas de Doze Césares – A vida de Octávio César Augusto*, 17,1. Persistem muitas dúvidas sobre a autenticidade do testamento em causa. Alguns inclinam-se mesmo para a tese de se trata de uma invenção, se não na íntegra, pelo menos em parte (Cf. Jones 2006b: 102).

²⁶ Cf. Plutarco, 60, 1. Como escreve Michel Chauveau, «Seule une longue opération de persuasion, déployant tous les artifices de la propagande et de l'intoxication, permit finalement à Octave d'obtenir du Sénat une déclaration de guerre contre la seule Cléopâtre, Antoine étant volontairement ignoré» (Chauveau 1997: 37). Esta farsa é particularmente visível em Horácio (*Epodo IX*). Como defendia Grant, em resultado das distorções literárias romanas, Cleópatra é a personagem histórica mais adulterada da Antiguidade (Grant 1972: 233-238).

numa guerra justa (*iustum bellum*) entre povos (guerra contra uma potência estrangeira) e Cleópatra transformada no verdadeiro inimigo de estado (*hostis*) de Roma. O perigo não emanava de Antônio, mas de Cleópatra. Era ela que supostamente planeava a conquista de Roma, o que era manifestamente inaceitável para a *res publica Romana* para quem a *potestas* não era um atributo feminino e para mais vindo de uma estrangeira, oriental²⁷.

O confronto marítimo entre as hostes egípcias de Cleópatra e Marco Antônio e as forças romanas de Octávio, em 31 a.C., em Áccio, constituirá um dos momentos-chave do mundo antigo, assinalando uma nova alteração radical dos moldes de vida do Mediterrâneo²⁸. Um novo ritmo marcará, a partir daí, depois da acção de Alexandre Magno e dos seus diádocos e epígonos, os destinos políticos da região: aos reinos helenísticos sucederá o poderoso império romano.

Fantasia

A monarquia lágida do final do reinado de Cleópatra VII tornara-se uma autêntica «monarquia-espectáculo» e as grandiosas cerimónias reais públicas com toda a encenação inerente tocavam a imaginação popular e proclamavam uma pompa e uma magnificência frequentemente ilusória e artificial, muito ao gosto helenístico. Não podemos, todavia, descartar que a feição pública e espectacular da cerimónia das «doações» tivesse um alcance social e político maior: Marco Antônio procurava ganhar o apoio dos Alexandrinos para evitar potenciais levantamentos, como havia ocorrido no passado, e para contar com o seu auxílio e apoio quando se tornasse necessário extrair o maior número possível de recursos para as guerras que poderiam sobrevir para a concretização do seu plano de dominação dos territórios orientais. A cerimónia destinava-se, por isso, preferencialmente,

²⁷ Cf. Harders, 2015: 193, 194.

²⁸ Para M. Chauveau, comparável às consequências da vitória de Octávio em Áccio só a conquista do Egipto por Alexandre, o Grande (Cf. Chauveau 1997: 8). Enfatizadamente, Robert S. Bianchi escreveu também; «The naval battle between Antony and Octavian at Actium in September of 31 B.C. was of momentous importance for the history of the West because it placed the last two independent states of the Mediterranean world against one another. Cleopatra VII and Antony represented the culture of Ptolemaic Egypt and Octavian that of Rome. That battle, the last naval encounter of Antiquity, changed the destiny of the Western world (...)» (Bianchi 1988: 20).

aos Alexandrinos e não aos latinos²⁹. Aliás, esta orientação das festividades para a população de Alexandria é uma marca da sociologia das festas promovidas pelos soberanos da dinastia lágida ao longo dos tempos³⁰.

Mesmo descontando as difamações e deformações voluntárias produzidas pela ideologia augustana em que Marco António é um ébrio traidor, vítima de *infamis amor*³¹ e subjugado pelo que é classificado como *nefas*³²: *fatale monstrum*³³ e *meretrix Regina* egípcia³⁴, as «doações de Alexandria» são essencialmente a cenarização de um futuro desejado, uma manifestação teatral, onírica, que misturava o cerimonial oriental com o romano, da construção de um império e de um poderio virtuais, sem consequências imediatas, efectivas, na organização política do Oriente, desde logo porque nenhuma medida concreta de administração desses territórios fora tomada. Alguns nem sequer haviam ainda sido conquistados³⁵. Estamos perante um programa de conquistas visando a reconstituição do império de Alexandre Magno, o mais formidável império até então³⁶. A própria idade dos reis designados evidenciava que só a longo prazo esse império poderia existir e funcionar. Mas não foi assim, todavia, que a cerimónia e a proclamação públicas foram consideradas pelo Senado romano que as encarou como uma traição ao povo e ao espírito romano.

Mais do que as estruturas materiais de carácter cénico (a tribuna chapeada a prata, os seis tronos de ouro, os títulos e territórios outorgados, os signos de poder ostentados: coroas, diademas, mantos, ceptros, vestes, calçado...), que constituíram «elementos de superfície» da cerimónia das «doações» de António a Cleópatra e aos seus quatro filhos, de enorme significado, impacte visual e de grande repercussão popular em Alexandria, são de relevar os fenómenos mentais, psicológicos e simbólicos mais profundos que lhes estão subjacentes e cuja intervenção na definição dos

²⁹ Cf. García Vivas 2013: 162.

³⁰ Cf. Dunand 1981; Walbank 1996; Wikander 1992.

³¹ Propércio, *Elegias II*, 16, 39.

³² A expressão é de Vergílio (*Eneida VIII*, 688): «...sequiturque (nefas) Aegyptia coniunx» («...e seguido – ó coisa vergonhosa! – pela esposa egípcia»). Cf. Chaudhuri 2012: 223-226.

³³ Horácio, *Oda I*, 37, 20.

³⁴ Propércio, *Elegias III*, 11, 39.

³⁵ Cf. Harders, 2015: 189.

³⁶ Cf. Chauveau 1998: 89; Schwentzel 1999: 45; Strootman 2010: 140; Heckel 2010: 25.

novos cenários geo-políticos foi tão determinante como a dos fenómenos económicos ou militares³⁷.

Fruto da mentalidade e das relações socio-políticas da época, as «doações de Alexandria» foram a projecção de um conjunto de comportamentos desejados, ao mesmo tempo que ajudaram a estabelecer e a afirmar os contornos de (novos) sistemas de valores e de quadros de dominação político-territorial. Muitos dos territórios concedidos a Cleópatra em 34 a.C. estavam já sob o seu comando³⁸. A renovação da outorga territorial tornou evidente a existência de um projecto político comum (egípcioromano) de uma espécie de monarquia universal, de autoridade única, para a zona oriental do Mediterrâneo que agora intencionalmente se proclamava em público³⁹.

Ao pragmatismo e interesses do triúviro romano associava-se o invulgar sentido político do plano da rainha egípcia de constituir com Marco António um grande estado romano-egípcio na metade oriental do Mediterrâneo, que pudesse ser legado a Cesarião e aos seus descendentes⁴⁰. A hábil política internacional que desenvolveu e a sua capacidade negociadora permitiram a Cleópatra evitar as complicações com os reinos vizinhos que os seus antepassados tiveram de suportar. Conseguiu adquirir territórios e vantagens sem travar guerras nem submeter-se a tratados desonrosos. Nas fontes hostis produzidas posteriormente em Roma, os seus detractores atribuem esses feitos à concessão de favores sexuais por parte da rainha. Mesmo com esse «revestimento negativo», percebe-se que reconheciam o extraordinário papel diplomático desenvolvido pela rainha egípcia⁴¹.

Ao recorrer aos filhos de Cleópatra, praticamente todos ainda de tenra idade, a mensagem ideológica do plano egípcio-romano alimentava-se simultaneamente do passado (a história de dominação anterior da dinastia lágida) e

³⁷ A cerimónia das doações foi um autêntico ritual de coroação, recorrendo à linguagem helenística, particularmente de tradição selúcida, com outros materiais, pompa e *regalia* oriundos quer da cultura iraniana, quer da cultura da corte ptolemaica (Cf. Strootman 2010: 139).

³⁸ Cf. Hölbl 2001: 244; García Vivas 2013: 161.

³⁹ Cf. Chamoux 1985: 171.

⁴⁰ Cf. Bowman 1986: 27 e 34.

⁴¹ Joyce Tyldesley, alinhada com o mais moderno posicionamento epistemológico e historiográfico sobre Cleópatra VII, vê-a como «an intelligent and effective monarch who set realistic goals and who nearly succeeded in creating a dynasty that would have re-established Egypt as a world superpower.» (Tyldesley 2008: 4) e como «an exceptionally strong individual: a survivor with the power to dominate and diminish those who surround her» (Tyldesley 2008: 7).

do futuro, apostando na geração seguinte, ou seja, na base dinástica, na lógica da perpetuidade. Ao serem incorporados pelos seus progenitores nos (novos) desígnios planeados para a região entre o Helesponto e a Índia, os filhos da rainha egípcia («rainha de reis») tinham, portanto, um papel determinante no programa de reorganização geo-estratégica do Mediterrâneo oriental⁴².

Neste contexto, os nomes escolhidos para os gémeos de Marco António e Cleópatra são eles próprios testemunhos de uma intencionalidade programática: desde logo, a escolha de «Alexandre» para o rapaz retomava o nome do «fundador» da dinastia egípcia e invocava, assim, um modelo relevante do passado a imitar, cuja gesta era bem conhecida e impressionava egípcios, gregos, romanos e todos os orientais em geral, até à Índia. A escolha deste nome mostrava o desejo e a confiança dos seus progenitores na empresa de conquista e domínio dos territórios a Este, ou seja, os êxitos futuros que se pretendiam, apesar de, historicamente, como sabemos, não se terem, realmente, consumado. O nome «Cleópatra» escolhido para a rapariga reflectia não só o nome de sua mãe e de muitas (exactamente, sete) outras rainhas da dinastia ptolemaica (incluindo uma outra Cleópatra Selene, filha de Ptolemeu VIII Evérgeta II e de Cleópatra III) como era também uma alusão à irmã de Alexandre Magno. Os filhos de Marco António e de Cleópatra reactualizavam o casal de filhos de Filipe II da Macedónia e de Olímpia do Epiro⁴³.

A vinculação das duas crianças aos dois astros celestiais (Sol e Lua) tanto pode derivar da simples associação a divindades, que foi uma constante durante a Antiguidade para numerosos povos, como remeter para Apolo e Ártemis, o par de irmãos da mitologia helénica identificados ao Sol e à Lua, como ser resultado da assunção de Cleópatra como *Nea Ísis*⁴⁴. Há, porém, uma outra leitura mais religiosa-astrológica em que os

⁴² O ponto principal do programa de Marco António era conseguir governar os vários territórios doados através de reis vassalos e aliados autóctones de cada um dos territórios. Assim se garantia o controlo dos territórios orientais, contornando a particular idiossincrasia de muitos dos povos que ali residiam que, em regra, rejeitavam ser governados de forma directa por um político procedente de Roma.

⁴³ Cf. Tyllesley 2008: 162, 163.

⁴⁴ Cf. Grant 1972: 99. O mito da irmandade gémea pode apresentar ainda outras razões mais profundas e complexas no âmbito do encontro das mentalidades egípcia e helénica que podem ter «convergido» nos filhos de Marco António e Cleópatra. A fazer fê em Heródoto (no âmbito da explicação sobre a ilha flutuante de Khemmis, junto de Buto, no noroeste do Delta), inspirado na tradição egípcia, Ésquilo teria escrito uma tragédia, que entretanto se perdera, em que Ártemis é considerada filha de Deméter. Ésquilo fazia-o porque Ísis fora totalmente assimilada a Deméter. Desta forma, pelos múltiplos sincretismos,

nomes divinos do Sol e da Lua se relacionam com a chegada de uma nova era dourada. Ambos os astros são símbolos por excelência de um poder omnipresente e eterno. Os nomes dos filhos eram, neste sentido, como elementos de uma «propaganda solar», uma forma presuntiva de expressar os planos de Cleópatra para o futuro⁴⁵.

O próprio nome que Cleópatra escolheu para o seu último filho com Marco António (Ptolemeu Filadelfo) parece também ser um nome programático, pois corresponde também ao intuito de rememorar o século III a.C., a época do seu antepassado Ptolemeu II Filadelfo (285/ 283-246 a.C.), o mais glorioso reinado do passado da dinastia lágida. Esse nome adquiriria no presente uma nova dimensão e constituía, por assim dizer, um elo de ligação reforçada com o passado e com o futuro⁴⁶.

O nome deste filho de Cleópatra e Marco António tinha ainda uma outra valência: sendo «Filadelfo», «o que ama os seus irmãos», como o seu antepassado que «amava» a sua esposa e irmã Arsínoe II, poderia significar que Cleópatra VII pretendia que ele se entendesse sempre com os seus irmãos mais velhos, Alexandre Hélio e Cleópatra Selene, comportando-se de forma bem diferente de muitos dos seus antepassados que se envolveram em rivalidades, lutas e assassinatos. Este desejo de uma sucessão pacífica ao trono estivera sempre subjacente à utilização do termo «filadelfo» na onomástica real⁴⁷.

Pelos nomes e sobrenomes helénicos usados e pelo eco que desfrutavam no passado glorioso da Macedónia, do Egipto e do Oriente, renovava-se no imaginário do presente o brilho da época passada e remetia-se para o futuro a sua efectiva concretização.

Da mesma forma, as identificações de M. António com Dioniso e de Cleópatra com Ísis (propaganda religiosa) eram parte do projecto político de reorganização e governo das populações orientais, recorrendo, para o efeito, aos seus costumes mítico-religiosos mais arreigados. Dioniso era o deus conquistador da Ásia, seu benfeitor e introdutor nas artes e na civilização, ao mesmo tempo que era considerado o deus da fertilidade. Dioniso estava

Apolo e Ártemis eram filhos de Dioniso e Ísis: «*Apolo e Ártemis são, para os Egípcios, os filhos de Dioniso e Ísis (...). Em egípcio, Apolo é designado como Hórus, Deméter como Ísis e Ártemis como Bubastis*» (Heródoto, *História*, II, 156, 5-6; Sales 1999: 135).

⁴⁵ Cf. Schuller 2008: 91.

⁴⁶ Cf. Hölbl 2001: 242.

⁴⁷ Cf. Schuller 2008: 112; Hölbl 2001: 230; Sales 2005: 205, 206.

também vinculado a Alexandre Magno e a Ptolomeu XII⁴⁸. Era esta valência dionisíaca que M. António pretendia revitalizar e que usava, no fundo, desde Éfeso (em 42 a.C.) e do encontro com Cleópatra (Afrodite-Ísis), em Tarso, em 41 a.C.⁴⁹ Dioniso tinha, porém, uma outra faceta mais obscura, associada aos excessos alcoólicos, à depravação sexual e à perversão moral. Esta foi a vertente que Octávio e os seus acólitos usariam contra Marco António. Marco António e Cleópatra pretendiam ser reconhecidos pelos Alexandrinos como divindades, como seres de natureza divina, capazes por isso de proteger e beneficiar os territórios e os povos sob sua dominação.

Outro dos meios ideológicos mais eficazes à disposição do «casal imperial» para propagar o seu ambicioso projecto de dominação política para o Mediterrâneo oriental foram as cunhagens monetárias conjuntas (com a efígie de ambos) ou realizadas a solo por Cleópatra (como «rainha de reis»). Cunhagens realizadas um pouco por todo o lado (Patras, Berito, Cálcis, Ptolemaide Ace, Damasco, Antioquia, Cirenaica...), em prata e em bronze, mostram que foi um processo muito usado⁵⁰. Em anversos de tetradracmas, a efígie da rainha, normalmente com traços bem marcados (proeminente nariz aquilino, olhos esbugalhados, lábios rígidos e poderosa mandíbula), com o *Melonenfrisur* diademado⁵¹, é acompanhada da legenda *BASILISSA CLEOPATRA THEA NEOTERA* («Rainha Cleópatra, nova deusa»). Nos anversos das mesmas moedas, a efígie de António, com cabelo curto e ondulado e de rosto muito similar ao de Cleópatra, é legendada *ANTONIOS AUTOKRATOR TRITON TRION ANDRON* («António, general-em-chefe pela terceira vez e triúmviro»)⁵².

Amalgamando as tradições helénica e romana, as efígies e as lendas (em grego e em latim) dessas emissões numismáticas enfatizam a ficção política das «doações» feitas em Alexandria e mostram-na através de uma inovadora mensagem (nova linguagem imperial e dinástica)⁵³.

⁴⁸ O pai de Cleópatra usou também a epiclese *Neos Dionysos*, sendo o único dos Ptolemeus a fazê-lo oficialmente (Hölbl 2001: 223).

⁴⁹ Cf. Schwentzel 1999: 35, 36; Strootman 2010: 142; Le Corsu 1978 : 31, 32; Cid López 2000: 134, 135.

⁵⁰ Cf. Puyadas Rupérez 2016: 109-111.

⁵¹ Penteado em forma de «melão», sobre o qual se colocava o diadema ou fita enrolada à cabeça.

⁵² Cf. Sales 2005: 244; Puyadas Rupérez 2016: 110, 111; Forrer 1900: 277, 278; Svoronos 1904: prancha LXIII.

⁵³ Cf. Ashton 2008: 162-164. Os tetradracmas tinham lendas em grego, enquanto os denários tinham lendas em latim.

Os novos espaços, títulos e poderes distribuídos aos jovens monarcas são uma luta contra o efêmero, contra o presente, e um determinado investimento na continuidade, no futuro. Os «bens» doados são a expressão de um desejo e de uma opção de regularização do tempo, do espaço e do poder. A proclamação pública da nova cartografia do império lágida-romano estava, pois, carregada de significado político: Cleópatra, herdeira dos Lágidas, reivindicava a posse de territórios já antes detidos pela sua Casa Real⁵⁴; Marco António, triúviro do Oriente, abusava da sua *potestas* e do *imperium* que detinha sobre o Oriente e conferia dignidades aos seus descendentes directos com Cleópatra e ao filho desta com Júlio César. O império virtual, uma continuação e ampliação do império real criado por Alexandre Magno e pelos seus diádocos e epígonos, nas mãos de uma só dinastia, assegurava o futuro (virtual) da descendência de Cleópatra, ao mesmo tempo que M. António concretizava o velho sonho de Júlio César de criar uma monarquia romano-helenística⁵⁵. Os sonhos lágida e romano de dominação universal cruzavam-se.

A acção determinada de Cleópatra VII na concretização e aceitação do projecto de criação do império contrastou com a pobre liderança de seu pai, Ptolemeu XII Neo Dioniso Auleta. São dois reinados que funcionam *a contrario*: à humilhação de Auleta responde a filha com um esforçado renascimento, em grande parte, porém, ilusório e artificial⁵⁶. Ao filho, Ptolemeu XV Cesarião, estava destinado um reinado mais virtual do que real, em que a sustentação ideológica e a propaganda não foram suficientes para manterem a sua independência política e a própria vida⁵⁷.

⁵⁴ Na verdade, o novo império compreendia os antigos territórios dos Lágidas e dos primeiros Selêucidas, a que se acrescentavam algumas possessões romanas.

⁵⁵ Cf. Chauveau 1997: 35-37; Bevan 1934: 421. Marco António evoluiu em direcção a uma concepção geo-política cada vez mais helenística e menos romana.

⁵⁶ A experiência vivida por Ptolemeu XII com os Romanos (só após 22 anos de governo *de facto*, após fabulosas somas despendidas em subornos a políticos romanos e de ter sacrificado a sua dignidade, foi considerado *socius et amicus populi Romani*) e, em parte, acompanhada por Cleópatra VII, foi, todavia, uma «lição prática» de que a rainha tiraria muito proveito nas suas múltiplas interacções com os Romanos, em particular, e com os líderes políticos, em geral (Cf. Tyldesley 2008: 34-40; Bernand 1995: 102, 103; Schwentzel 1999: 15, 16).

⁵⁷ Cf. Hölbl 2001: 223-226; Sales 2005: 55, 56; Bingen 2007: 65. A imagem de Cleópatra como fruto de uma dissoluta dinastia que os Autores romanos do século I a.C. (ex.: Estrabão) construíram e difundiram é, no essencial, uma resposta ideológica à sua

O enorme império não-existente que permitiu, todavia, o sonho e a utopia de regresso a uma «idade de ouro» (século III a.C.) e a projecção para um porvir concreto que se deseja, pelo menos, similar, são, no fundo, os alicerces («as forças escondidas») das «doações de Alexandria»⁵⁸. O império virtual criado em Alexandria em 34 a.C. pressionava naturalmente o «lado egípcio-oriental» (Cleópatra e Marco António), mas também o «lado romano-ocidental» (Octávio). As atitudes mentais resultantes desta pressão mobilizaram as partes e, entre cartas, discursos, dialécticas, críticas e apelos, conduziram-nas para o conflito que é, neste sentido, a procura activa de reencontrar o perdido e tranquilizador equilíbrio.

À propaganda de Octávio interessava, sobretudo, desprestigiar Marco António e, assim, deslegitimar toda a sua acção política, demonstrando, em consequência, que ele, ao contrário do futuro imperador, era incapaz de governar Roma e conduzir os seus destinos⁵⁹.

A batalha naval de 2 de Setembro de 31 a.C, ao largo do promontório de Áccio no golfo de Ambrácia ao sul do Epiro, nas costas ocidentais da Grécia continental, encobrendo uma guerra civil, é uma luta entre Ocidente e Oriente e resulta, assim, do choque de concorrentes e divergentes sistemas de representação ideológica de que a celebração do triunfo sobre Artavastes e as «doações de Alexandria» haviam já sido sérias manifestações⁶⁰. Estas foram detonadoras daquela. Num ápice (cronológico e ideológico) passou-se do sonhado ao vivido, do imaginário ao histórico, do virtual ao real, comprovação maior – se necessária... – de que as representações mentais determinam as acções concretas.

Conclusão

Considerar as «doações de Alexandria» unicamente como um erro estratégico de Marco António e de Cleópatra parece-nos uma apreciação

pretensão de estabelecer uma continuidade dinástica sobre os territórios orientais. O estigma do seu passado inviabilizava, segundo a concepção romana, os seus projectos no futuro.

⁵⁸ A ideia de uma «nova Idade de Ouro» na Terra era também um tema actual para os Romanos, como deixa perceber a quarta écloga de Vergílio, de 40 a.C., em que o poeta anuncia a Pólio a profecia da volta da idade de ouro, paradisíaca e de paz (vv. 4-17), com «*uma nova progénie que desce dos mais altos céus*» (Cf. Mattingly 1934: 161-165; 1947: 14-19).

⁵⁹ Cf. Martin 1990; Jallet-Huant 2009; Chauveau 1998: 91-96; Freeman 1996: 374, 375.

⁶⁰ António dispunha de uma frota de 500 navios, contra os 400 de Octávio (Cf. Freeman 1996: 375). O confronto custou a António a vida de 12.000 homens e a 5.000 do lado de Octávio.

simplista, que parte essencialmente do pressuposto que a cerimónia foi fortuita, precipitada, involuntária, inoportuna. Não concordamos. Com o desenrolar dos acontecimentos, revelou-se um «erro», mas não por falta de planificação ou descuido. As «doações de Alexandria» foram um acto político, público, intencional e programado, que, como primeiro passo de uma caminhada, visava um objectivo muito concreto: fundar simbolicamente uma nova ordem geo-política no Mediterrâneo oriental ao sabor dos interesses egípcio-romanos, tendo como centro da civilização greco-egípcio-latina a cidade de Alexandria. Além disso, a reivindicação de um espaço imperial (*imperium sine fine*⁶¹) que encerram inscrevia-se num *topos* da ideologia real helenística. Não foram um incidente obscuro, desgarrado e avulso.

O projecto fora meditado, baseava-se no conhecimento da região oriental e em experiências romanas anteriores de dominação política e militar das mesmas. Simbolicamente, desenrolou-se no Ginásio, o amplo espaço aberto onde tinham lugar as competições atléticas da cidade, mas onde habitualmente se realizavam as cerimónias de coroação em Alexandria. Destina-se essencialmente aos súbditos egípcios, é certo, mas nenhum dos seus promotores ignorava o impacte que teria sobre a mentalidade romana, naturalmente mais avessa à passiva e pacífica aceitação dos seus inerentes significados e efeitos.

O projecto era utópico, mas comportava também uma considerável «lógica»: Cesarião, filho de Cleópatra, seria o natural sucessor no trono do território egípcio; os três filhos dela com Marco António, herdeiros egípcio-romanos, por assim dizer, só podiam ser relegados para a condução de territórios «estrangeiros», supostamente sob a alçada directa de Marco António, o triúviro do Oriente, ou da própria Cleópatra, como representante da Casa Real lágida.

Mesmo que não se aceite que Marco António pretendia estabelecer uma monarquia dinástica de estilo helenístico com ele e com Cleópatra à cabeça e seus filhos numa posição inferior, o que é facto é que a derrota de Áccio trunco irremediavelmente todos os planos.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

- Cassius, D. (1955), *Roman History*. Cambridge: Harvard University Press.
Heródote (1964), *L'Enquête. Livres I à IV*. Paris: Gallimard.

⁶¹ Vergílio, *Eneida I*, 279.

- Herodoto (1999), *Historia. Libros I-II*. Madrid: Editorial Gredos.
- Herodotus (2003), *The Histories*. London: Penguin Books.
- Plutarch (1988), *Life of Antony*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Strabon (1997), *Le voyage en Egypte. Un regard romain*. Paris: Nil éditions.
- Suetone (1990), *Vies des Douze Césars*. Paris: Flammarion.
- Suetone (2002), *Vies des Douze Césars. César-Auguste*. Paris: Belles Lettres.
- Suetone (2003), *Vies des Douze Césars*. Paris: Gallimard.
- Suetónio (2005), *As Vidas dos Doze Césares. Vol. I. Júlio César. Octávio César Augusto*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Virgílio (1992), *Eneida*. Madrid: Editorial Gredos.
- Virgílio (1990), *Bucólicas. Geórgicas. Apéndice Virgiliano*. Madrid: Editorial Gredos.

Obras

- Abbott, J. (1904), *Cleopatra*. New York/ London: Harper & Brothers Publishers.
- Alonso Troncoso, V.; García Vivas, G.A. (2009), “Octavia versus Cleopatra: immagine della donna e confronto culturale”, in H.-J. Gehrke e A. Mastrocinque (eds.), *Rome e l’Oriente nel I secolo a.C. (Acculturazione o scontro culturale?)*. Cosenza: Edizioni Lionello Giordano. 11-34.
- Ashton, S.-A. (2008), *Cleopatra and Egypt*. Malden/ Oxford/ Victoria: Blackwell Publishing.
- Baily, A. (1973), *A vida de Cleópatra*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ballet, P. (1999), *La vie quotidienne à Alexandrie. 331-30 avant J.-C*. Paris: Hachette.
- Benoist-Méchin (1983), *Cleópatra (69-30 antes de Cristo)*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores.
- Berkhout, N. H. (2000), “Cleopatra VIII Selene: Last of the Ptolemaic Queens”, *The Classical and Medieval Numismatic Society Journal* 1.2: 29-39.
- Bernand, A. (1995), *Alexandrie des Ptolémées*. Paris: CNRS.
- Bernand, A. (1996), *Alexandrie la grande*. Paris: Hachette.
- Bevan, E. (1934), *Histoire des Lagides. 323 à 30 av. J.-C.*, Paris: Payot.
- Bianchi, R. S. (1988), “Ptolemaic Egypt and Rome: An overview”, in *Cleopatra’s Egypt. Age of Ptolemies*, Brooklyn: The Brooklyn Museum, 13-20.
- Bianchi, R. S. (2001), “Cleopatra VII” in D. B. Redford (dir.), *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, Oxford: Oxford University Press, 273, 274.
- Bingen, J. (2007), *Hellenistic Egypt. Monarchy, Society, Economy, Culture*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

- Bowman, A.K. (1986), *Egypt after the pharaohs. 332 BC - AD 642 from Alexander to the Arab Conquest*. London: British Museum Publications.
- Bradford, E. (1971), *Cleopatra*. London: Hodder and Stoughton Ltd.
- Brenk, F. E. (1992), “Antony-Osiris, Cleopatra-Isis. The end of Plutarch’s *Antony*”, in P. A. Stadter (ed.), *Plutarch and the Historical Tradition*. London/ New York: Routledge, 159-182.
- Brooks, P. S. (1995), *Cleopatra: Goddess of Egypt, Enemy of Rome*. New York: Harper Collins.
- Burstein, S. M. (2004), *The reign of Cleopatra*. London: Greenwood Press.
- Calvat, R. (1995), “Cléopâtre de Virgile à Mankiewicz. Origine et évolution d’un mythe”, *Bulletin de L’Arelam XXXII*: 43-57.
- Chaudhuri, P. (2012), “Naming nefas: Cleopatra on shield of Aeneas”, *The Classical Quarterly* Vol. 62, No. 1.2: 223-226.
- Chauveau, M. (1997), *L’Égypte au temps de Cléopâtre. 180-30 av. J.-C.* Paris: Hachette, (trad. port.: 2000, *A vida quotidiana do Egipto no tempo de Cleópatra. 180-30 a.C.* Lisboa; Livros do Brasil).
- Chauveau, M. (1998), *Cléopâtre au-delà du mythe*. Paris: Éditions Liana Levi.
- Chauveau, M. (2001), “Rhakôtis et la fondation d’Alexandrie”, *Égypte, Afrique & Orient*, 24: 13-16.
- Chamoux, F. (1985), *La civilisation hellénistique*. Paris: Arthaud.
- Cid Lopez, R. M. (2000), “Cleopatra: mitos e historia en torno a una reina”, *Studia Historica* 18: 119-141.
- Cid Lopez, R. M. (2003), “Marco Antonio y Cleopatra. La leyenda y el fracaso de un sueño político”, in R. M. Cid López, M. González González (eds.), *Mitos femeninos de la culiutra clásica. Creaciones y recreaciones en la historia y la literatura*. Oviedo: KRK, 223-246.
- Cid Lopez, R. M. (2012), “Cleopatra. Entre Oriente y Occidente”, in P. D. Sánchez, M. J. Fuente e G. F. Rubio (eds.), *Impulsando la historia de las Mujeres. La estela de Cristina Segura*. Huelva: Ed. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva, 143-155.
- Clauss, M. (2002), *Cleopatra*. Roma: Carocci.
- Davis, N.; Kraay, C. M. (1973), *The Hellenistic kingdoms. Portraits, coins and history*. Londres: Thames and Hudson.
- Dunand, F. (1981), “Fête et propagande à Alexandrie sous les Lagides”, in *La fête, pratique et discours. D’Alexandrie Hellénistique à la mission de Besançon*. Paris: Université de Franche-Comté, 13-40.
- Eilers, C. (2004), “Un Orient romain. Des campagnes de Pompée à la mort d’Auguste”, in A. Erskine (dir.), *Le Monde hellénistique. Espaces,*

- sociétés, cultures 323-31 av. J.-C.* Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 131-146.
- Ellis, S. P. (1992), *Graeco-Roman Egypt*. Buckinghamshire: Shire Publications Ltd.
- Flamarion, E. (1993), *Cléopâtre. Vie et mort d'un pharaon*. Paris: Gallimard.
- Fleischer, R. (1996), “Hellenistic royal iconography on coins”, in AAVV (eds.), *Aspects of Hellenistic kingship*. Aarhus: Aarhus University Press, 28-40.
- Forrer, L. (1900), “Les monnaies de Cléopâtre VII Philopator: reine d'Égypte (52-30 av. J.C.)”, *Revue Belge de Numismatique* 56: 5-28; 149-166; 277-292.
- Foss, M. (1997), *The search for Cleopatra*. London: Michael O'Mara Books Limited.
- Fraser, P. M. (1972), *Ptolemaic Alexandria, Vol. 1*. Oxford: The Clarendon Press.
- Freeman, C. (1996), *Egypt, Greece and Rome. Civilizations of the Ancient Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press.
- García Vivas, G.A. (2013), *Octavia contra Cleopatra. El papel de la mujer en la propaganda política del triunvirato (44-30 a.C.)*. Madrid: Liceus.
- Goldsworthy, A. (2010), *Antony and Cleopatra*. London: Weidenfeld & Nicholson.
- Gómez Espelosín, F. J. (1997), “Alejandría, la ciudad de las maravillas”, in *Ciudades del mundo antiguo*. Madrid: Ediciones Clásica, 63-81.
- Grant, M. (1972), *Cleopatra. A Biography*. New York: Dorset Press.
- Green, R. (1996), *Cleopatra*. Scholastic Library Pub.
- Green, P. (1997), *D'Alexandre à Actium. Du partage de l'empire au triomphe de Rome*. Paris: Éditions Robert Laffont S.A.
- Gruen, E. (1984), *The Hellenistic world and the coming of Rome*. Berkeley/ Los Angeles/ London: University of California Press.
- Hamer, M. (1993), *Signs of Cleopatra. History, Politics, Representations*. London/ New York: Routledge.
- Harders, A.C. (2015), “Consort or despot? – How to deal with a Queen at the End of the Republic and the Beginning of the Principate”, in H. Börm (ed.), *Antimonarchic Discourses in Antiquity*, Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 181-214.
- Heckel, W. (2010), *Las conquistas de Alejandro Magno*. Madrid: Editorial Gredos, S.A.
- Hölbl, G. (2001), *A history of the ptolemaic empire*. London/ New York: Routledge.
- Hughes-Hallett, L. (1991), *Cleopatra: Histories, Dreams, and Distortions*. New York: Harper Perennial.
- Husson, G.; Valbelle, D. (1992), *L'état et les institutions en Égypte. Des premiers pharaons aux empereurs romains*. Paris: Armand Colin.
- Huzar, E. (1978), *Marc Antony. A biography*. Minneapolis: Croom Helm.

- Jallet-Huant, M. (2009), *Marc Antoine: Généralissime, prince d'orient et acteur dans la chute de la République romaine*. Paris: Presses de Valmy.
- Jouguet P. (1949), "Les premiers Ptolémées et l'hellénisation de Sarapis", *Collection Latomus. Vol. II. Hommages a Joseph Bidez et a Franz Cumont*: 159-165.
- Jones, P. J (2006a), *Cleopatra. The Last Pharaoh*. Cairo: The American University Press.
- Jones, P. J (2006b), *Cleopatra. A sourcebook*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Kiessling, E. (1949), "La genèse du culte de Sarapis à Alexandrie", *CdE* 47: 317-323.
- Kleiner, D. E. E. (2005), *Cleopatra and Rome*. Cambridge/ Massachussets: The Belknap.
- Lançon, B.; Schwentzel, C.-G. (1999), *L'Egypte hellénistique et romaine*. Paris: Nathan.
- Le Corsu, F. (1965), "Cléopâtre, était-elle laide ?", *BSFE* 42:19-27.
- Le Corsu, F. (1978), "Cléopâtre-Isis", *BSFE* 82: 22-34.
- Lévêque, P. (1964), *L'aventure grecque*. Paris: Armand Colin.
- Lindsay, J. (1971), *Cleopatra*. London: Constable.
- Macurdy T. G. H. (1932), *Hellenistic queens. A study of woman-power in Macedonia, Seleucid Syria, and Ptolemaic Egypt*. Baltimore: Johns Hopkins Press.
- Manning, J. G. (2010), *The last pharaohs. Egypt under the Ptolemies, 305-30 BC*. Princeton: Princeton University Press.
- Martin, P. M. (1990), *Antoine et Cléopâtre. La fin d'un rêve*. Paris: Albin Michel.
- Mattingly, H. (1934), "Virgil's Golden Age: Sixth Aeneid and Fourth Eclogue", *The Classical Review*, Vol. 48, No. 5: 161-165.
- Mattingly, H. (1947), "Virgil's fourth eclogue", *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 10:14-19.
- Morgan, J. (2003), *Cleopatra. Ruling in the shadow of Rome*. New York: The Rosen Publishing Group.
- O'Bryant, W. A. (1996), *The Cleopatra Myth*. London: God First Productions.
- Pérez-Juana de Casal, I. S. (2005), *Cleopatra. Cleopatra VII, Ultimo faraón de Egipto*. Madrid: Edimat Libros S.A.
- Preston, D. (2008), *Cleopatra and Antony. The true story of the Ancient World's Greatest Love Affair*. London: Doudleday.
- Preston, D. (2009), *Cleopatra and Antony. Power, Love, and Politics in the Ancient World*. New York: Walker & Co.
- Puyadas Rupérez, V. (2016), *Cleopatra VII: La creación de una imagen. Representación pública y legitimación política en la Antigüedad*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza.

- Rice, E. E. (1999), *Cleopatra*. Stroud: Sutton Publishing.
- Ricketts, L. (1992), “The administration of late Ptolemaic Egypt”, in J. H. Johnson (ed.), *Life in a multicultural society: Egypt from Cambyses to Constantine and beyond*. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 275-281.
- Rodrigues, N. S. (1999), “O Judeu e a Egípcia: o retrato de Cleópatra em Flávio Josefo”, *Polis. Revista de Ideias y Formas Políticas de la Antigüedad Clásica* 11: 217-259.
- Rodrigues, N. S. (2002), “Plutarco, historiador dos Lágidas: o caso de Cleópatra VII Filopator”, in J. R. Ferreira (coord), *Plutarco. Educador da Europa*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 127-149.
- Rodrigues, N. S. (2013), “Amimetobiou, the one «of the Inimitable Life»: Cleopatra as a Metaphor for Alexandria in Plutarch”, in R. Sousa, M. do C. Fialho, M. Haggag, N. S. Rodrigues (eds.), *Alexandria ad Aegyptum. The legacy of multiculturalism in Antiquity*. Porto/Alexandria: Edições Afrontamento, 62-74.
- Roller, D. W. (2010), *Cleopatra. A biography*. Oxford: Oxford University Press.
- Rowlandson, J. (2004), “Ville et campagne dans l’Égypte ptolémaïque”, in A. Erskine (dir.), *Le monde hellénistique. Espaces, sociétés, cultures. 323-31 av. J.-C.*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Royster, F. T. (2003), *Becoming Cleopatra: The Shifting Image of an Icon*. New York: Palgrave Macmillan.
- Sadek, A. I. (1997), “Alexandrie, fille de Rakotis et fruit des relations égypto-grecques”, *Le Monde Copte. Revue trimestrielle de la culture copte*, n°s 27-28: 7-20.
- Sales, J. das C. (1999), *As divindades egípcias. Uma chave para a compreensão do Egipto antigo*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Sales, J. das C. (2001), “A obra de Maneton e o culto alexandrino a Serápis: dois instrumentos de organização da memória ptolomaica”, *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, II série, n° 3: 61-87.
- Sales, J. das C. (2003), “*Alexandria ad Aegyptum*. Protótipo de metrópole universal”, *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, n° 5: 83-105.
- Sales, J. das C. (2005), *Ideologia e propaganda real no Egipto ptolomaico (305-30 a.C.)*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Sales, J. das C. (2007), “O culto a Serápis e a coexistência helénico-egípcia na Alexandria ptolomaica”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano VI - n° 12: 309-322.
- Sales, J. das C. (2008), *Poder e Iconografia no antigo Egipto*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sales, J. das C. (2013), “As cerimónias de coroação real dos Ptolomeus. Formas de reconfiguração política num país multimilenar”, in M. C. Pimentel, P. F.

- Alberto (eds.), *Vir bonus peritissimi aequae. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 307-316.
- Sales, J. das C. (2015), *Política(s) e Cultura(s) no antigo Egipto*. Lisboa: Chiado Editora.
- Sapet, K. (2007), *Cleopatra. Ruler of Egypt*. United States: Morgan Reynolds Pub.
- Schiff, S. (2010), *Cleopatra: a Life*. New York: Little, Brown & Co.
- Schuller, W. (2008), *Cleopatra. Una reina en tres culturas*. Madrid: Ediciones Siruela S.S.
- Schwentzel, C.-G. (1999), *Cléopâtre*. Paris: PUF.
- Śmieja, A. (2017), “How to create the symbol of beauty? The process of shaping the image of Cleopatra VII concerning both antique and modern sources”, in J. Popielska-Grzybowska & J. Iwaszczuk (eds.), *Thinking Symbols. Interdisciplinary Studies – Acta Archaeologica Putuskiensia. Vol. VI*. Pultusk: Department of Archaeology and Anthropology, 293-296.
- Southern, P. (2000), *Cleopatra*, Tempus.
- Southern, P. (2009), *Antony & Cleopatra*, Gloucestershire: Amberley.
- Stambaugh, J. E. (1972), *Sarapis under the early Ptolemies*. Leiden: E. J. Brill.
- Stanwick, P. E. (2002), *Portraits of the Ptolemies. Greek kings as Egyptian Pharaohs*. Austin: University of Texas Press.
- Streissguth, T. (1999), *Queen Cleopatra*. Minneapolis: Lerner Publication Company.
- Strootman, R. (2010), “Queen of Kings: Kleopatra VII and the Donations of Alexandria”, in T. Kaizer e M. Facella (eds.), *Kingdoms and Principalities in the Roman Near East*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 139-158.
- Svoronos, I. N. (1904-1908), *Ta nomismata tou kratous tōn ptolemaíon*, Atenas.
- Takács, S. A. (1995), *Isis and Sarapis in the Roman World*. Leiden: E. J. Brill.
- Tyldesley, J. (2008), *Cleopatra. Last queen of Egypt*. London: Profile Books LTD.
- Vallaro, C. (2010), *Julius Caesar e Antony and Cleopatra. Momenti di storia romana in William Shakespeare*. Milano: EDUCatt.
- Volkman, H. (1958), *Cleopatra. A study in politics and propaganda*. New York: Sagamore Press.
- Walbank, F.W. (1996), “Two hellenistic processions: a matter of self-definition”, in *Scripta Classica Israelica (SCI). Yearbook of the Israel Society for the promotion of classical studies. Studies in Memory of Abraham Wasserstein. Vol. I.*, Jerusalém: The Hebrew University of Jerusalem, 119-130.
- Walker, S.; Higgs, P. (eds.), (2001), *Cleopatra of Egypt: from History to myth*, Princeton: Princeton University Press.
- Welch, K. (2006/2007), “*Maiestas Regia* and the Donations of Alexandria”, *MedArch* 19/ 20: 181-192.

- Whitehorne, J. (2001), *Cleopatras*, London & New York: Routledge.
- Wikander, C. (1992), “Pomp and circumstance. The procession of Ptolemaios II”, *Opuscula Atheniensia* XIX: 143-150.
- Wyke, M. (2001), “*Meretrix Regina*. Augustan Cleopatras”, in M. Wike, *The Roman Mistress. Ancient and Modern Representations*. Oxford: Oxford University Press, 195-243.
- Worth, R. (2006), *Cleopatra: queen of Ancient Egypt*. Berkeley: Enslow Publishers.